

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O setor do transporte marítimo tem vindo a sofrer uma evolução atípica em função da pandemia provocada pela Covid-19. Fruto de uma escassez global de contentores, a disrupção da cadeia logística, a recuperação de diversos setores a ritmos diferentes após a pandemia e as práticas das companhias marítimas, o preço dos fretes marítimos aumentou a um nível sem precedentes.

Se numa fase inicial da pandemia as companhias marítimas retiraram navios de circulação, antecipando uma diminuição da procura e da carga transportada, num sistema recorrente para controlo de custos e muitas vezes de preços, uma vez retomados os níveis normais para o setor, os preços continuam a aumentar.

De acordo com a *Sea-Intelligence*, o transporte marítimo de contentores terminou o ano de 2020 com um EBITDA de 14 mil milhões de dólares, que será o melhor resultado dos últimos oito anos. No terceiro trimestre do ano corrente, a *Maersk* e a *CMA CGM* atingiram margens operacionais de 25%.

O *Baltic Dry Index*, no primeiro semestre deste ano, atingiu os valores mais altos da última década e, de acordo com os mais diversos testemunhos, publicações e queixas recebidas por este Grupo Parlamentar, o custo dos fretes marítimos tem vindo a causar graves constrangimentos para as empresas, muitas vezes incapazes de acomodar esta subida de preços.

A Associação Portuguesa de Transitários (APAT) e o Conselho Português de Carregadores, em fevereiro deste ano, vieram a público condenar as práticas que presentemente ocorrem no transporte marítimo, referindo-se à adição de sobretaxas e à alteração de condições pré-acordadas entre as partes. Estas entidades chegaram, inclusivamente, a reunir com o Governo.

Segundo um comunicado da mesma Associação, já decorrem investigações nos Estados Unidos da América, na China, Índia e Coreia do Sul, para analisar as políticas e as práticas das

companhias marítimas globais relacionadas com a devolução e disponibilidade de contentores, bem como aplicação de sobretaxas às empresas exportadoras, importadoras e aos transitários.

A este respeito, o Presidente norte-americano Joe Biden já encetou esforços no sentido de combater esta situação, promovendo uma ordem executiva que incumbe a *Federal Maritime Commission* de reprimir as “*taxas injustas e irrazoáveis*” no setor do transporte marítimo, bem como pedir ao Departamento de Justiça americano de investigar práticas anticoncorrenciais no setor.

A Secretária de Imprensa da Casa Branca, Jen Psaki, referiu que estes esforços vão salvar os encargos das empresas americanas com o custo dos fretes marítimos, o que vai permitir preços mais baixos para os consumidores americanos.

É evidente, sem prejuízo das implicações nacionais que decorrem deste fenómeno, que este é um tema eminentemente global. Convém destacar, contudo, que as consequências dos atuais preços que estão a ser praticados no setor dos transportes marítimos têm graves consequências para as empresas portuguesas e a sua atividade.

Relacionado a este fenómeno e, em grande parte, também uma consequência da pandemia, verifica-se uma escassez de matérias-primas e o consequente aumento de preços das mesmas, cujo impacto já se vê refletido no setor da construção.

Neste sentido, e considerando que se desconhecem quaisquer medidas por parte do Governo sobre este tema, bem como qualquer solução desenhada na esfera internacional será alheia à situação das empresas portuguesas, os Deputados do PSD abaixo-assinados vêm, através de Vossa Excelência, solicitar a resposta do Ministro das Infraestruturas e da Habitação às seguintes questões:

1. Em função do encontro tido em fevereiro entre o Governo e a APAT sobre este assunto, bem como do processo de consulta com diversas entidades do setor, que soluções têm vindo a ser propostas para fazer face ao aumento dos preços no transporte marítimo?
2. Considerando que este é um fenómeno eminentemente global, mas que acarreta graves consequências para as empresas nacionais e efeitos indesejáveis para a economia nacional, que ações pretende o Governo executar para apoiar as empresas portuguesas?
3. Considerando que este problema exige uma resposta concertada entre os vários agentes do Estado, que entidades públicas estão ou considera que devem ser integradas na procura de soluções que sirvam para mitigar os efeitos que este fenómeno está a causar para as empresas portuguesas?

Palácio de São Bento, 30 de julho de 2021

Deputado(a)s

CARLOS EDUARDO REIS(PSD)

ANDRÉ COELHO LIMA(PSD)

FIRMINO MARQUES(PSD)

CLARA MARQUES MENDES(PSD)

Deputado(a)s

JORGE PAULO OLIVEIRA(PSD)

MARIA GABRIELA FONSECA(PSD)

EMÍDIO GUERREIRO(PSD)

RUI SILVA(PSD)

ISABEL LOPES(PSD)

MÁRCIA PASSOS(PSD)

PAULO MONIZ(PSD)